

Teoria, Estratégia e Práxis Militares

Jacob W. Kipp, Ph.D., e

Tenente-Coronel Lester W. Grau (Reserva), Ph.D., Exército dos EUA

Quero lhes falar esta noite sobre o nosso esforço no Afeganistão: a natureza do nosso compromisso naquele país, o escopo dos nossos interesses e a estratégia que o meu governo seguirá para levar essa guerra a uma conclusão bem-sucedida.

—Presidente Barack Obama, Academia Militar do Exército dos EUA, em West Point, Nova York, 01 Dez 09¹.

O PRESIDENTE BARACK OBAMA iniciou seu discurso ao Corpo de Cadetes da Academia Militar dos EUA, em dezembro de 2009, invocando a estratégia. Como ele incluiu comentários sobre um novo aumento de efetivo para tropas estadunidenses empregadas, com mais 30 mil soldados, poucas pessoas diriam que aquele discurso carecia de conteúdo estratégico. Contudo, tal admissão esconde um problema gritante. Estratégia, hoje em dia, não é o mesmo que durante a Guerra Fria ou a Segunda Guerra Mundial. Há uma diferença radical entre a estratégia formulada para combater guerras convencionais e prevenir guerras nucleares e a necessária para conduzir a luta armada no mundo pós-moderno. Neste, o Estado não mais define a natureza do conflito.

Uma análise da literatura sobre guerra e pensamento militar revela que os autores mais citados são os da tradição militar ocidental, com algumas figuras da antiguidade, um ou dois pensadores chineses e alguns russos ou soviéticos, de quebra². Os teóricos militares do passado continuam a predominar nas escolas de estado-maior e de guerra das Forças Armadas profissionais do

mundo. Os alunos ocidentais têm ao menos um conhecimento superficial das obras de Clausewitz, Jomini, Du Picq, Douhet, Fuller, Liddell-Hart, Maquiavel, Mahan e Upton. Os alunos mais interessados também pesquisam Sun Tzu. Os avançados estudam Svechin, Triandafilov e Tuchaesky, buscando entender a arte operacional. Os profissionais precisam conhecer os fundamentos de sua profissão, e grande parte da antiga teoria

continua sendo relevante. Ao longo da última década, diante dos desafios apresentados pelo terrorismo e pela insurgência, um grupo maior de oficiais retomou a análise da contrainsurgência e dos conflitos de baixa intensidade, chegando até a sugerir que se esteja vivendo uma nova “geração” da guerra: a quarta. Mao, Lawrence, Giap e Galula continuam a ser lidos, mas autores contemporâneos, que tratam da complexidade da contrainsurgência, são agora mais procurados. Entre eles estão Martin van Creveld, William Lind, Joe Celeski, Shimon Naveh e David Kilcullen, assim como John Boyd, Deitrich Doerner, Arthur Cebrowski e William Owens.



Estátua de Sun Tzu em Encheon, Yurihama, Província de Tottori, Japão.

Jacob W. Kipp se aposentou pelo serviço público federal em setembro de 2009 e é, atualmente, professor adjunto da University of Kansas e colunista semanal sobre segurança na Eurásia para a Jamestown Foundation. É doutor em História Russa pela Pennsylvania State University. Publicou diversas obras sobre a história naval e militar russa e soviética.

Lester W. Grau é analista sênior do Escritório de Estudos Militares Estrangeiros, no Forte Leavenworth, no Estado do Kansas. Passou à Reserva do Exército em 1992, depois de servir em missões no Vietnã, na Coreia e na Europa, incluindo um posto em Moscou. Publicou mais de cem artigos, incluindo 35 na revista Military Review, e vários livros, incluindo The Bear Went Over the Mountain. É bacharel e mestre em Relações Internacionais e doutor em História Militar.

Uma teoria de guerra anterior, baseada no modelo de nações em guerra, enfatizava a primazia dos conflitos entre países e considerava funções de policiamento — como o combate a bandidos e piratas — como tarefas necessárias, mas secundárias. Entretanto, a teoria contemporânea teve de conceder um espaço central ao combate de atores não estatais. Desde 2001, salvo por algumas semanas na primeira metade de 2003, os Estados Unidos e seus aliados vêm combatendo atores não estatais — “semiorganizações”, acima da condição de bandidos e piratas, mas claramente atores não estatais. Sua permanência no local sugere que, em algumas partes do mundo, o conceito ocidental de Estado-nação, surgido com o Tratado de Westfália, está em perigo. De fato, o território desses atores não estatais abrange o de vários Estados, apesar de eles, formalmente, controlarem apenas uma pequena parcela dele. Embora imponham seu controle sobre os sistemas judiciários e as práticas religiosas locais, os agentes desses atores não estatais exercem poucas funções de um Estado.

Esse tipo diferente de conflito vem desafiando a forma pela qual as Forças Armadas se organizam, se equipam e se portam diante dessa ameaça. A introdução do Manual de Campanha 3-24 — *Contra-insurgência (FM 3-24 — Counterinsurgency)*, do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, observa que a publicação preenche uma “lacuna doutrinária”. As experiências no Iraque e no Afeganistão guiaram os autores da doutrina. Contudo, como deixa claro o manual, a dimensão política da contra-insurgência exige tanto ajustes estratégicos quanto ajustes táticos e operacionais. Ao que tudo indica, a contra-insurgência compete ao governo como um todo, e não apenas ao elemento militar.

Uma década atrás, as escolas de estado-maior ensinavam elementos do poder nacional nos campos diplomático, militar, econômico e de informações e os alunos buscavam aplicá-los aos seus problemas de estado-maior. Atualmente, as discussões sobre conflitos começam com a teoria da complexidade, a análise de sistemas e o *design*.



Exército dos EUA

O Presidente Obama encaminha-se para a tribuna, para apresentar sua estratégia em relação ao Afeganistão perante uma plateia de cerca de 4.200 cadetes e convidados, na Academia Militar, em West Point, 01 Dez 09.

Para planejar uma campanha, é preciso entender o problema em questão, mas os atuais problemas resistem à classificação segundo um modelo³. As discussões sobre *design* no Exército tem se concentrado na arte operacional, mas ele também se aplica à estratégia. A estratégia é a etapa do processo em que se aborda, inicialmente, a dimensão política⁴. Naveh, Challans e Schneider denominaram essa reorientação de “estrutura da revolução operacional”⁵. Ela nega a autonomia

**Com a transformação,
conforme praticada pelo
Departamento de Defesa sob
o comando do Secretário
Donald Rumsfeld, a tecnologia
tornou-se um substituto para a
teoria.**

da arte operacional e impõe a centralidade da estratégia no nível mais elevado, com a inclusão de direção política no início e com a retenção do controle sobre a intervenção política ao longo da campanha, por meio do reenquadramento do conflito, se necessário. O elemento de informações desenvolve uma narrativa para explicar as ações realizadas e cogitadas⁶. A narrativa tem um impacto estratégico porque contribui diretamente para o processo político.

O impacto da tecnologia no combate, nas últimas décadas, transformou a organização das instituições militares. A condução do combate centrado em redes e de ataques de precisão por toda a profundidade do campo de batalha introduziu um novo cálculo (e modelagem), baseado em poder computacional, redes, sensores e sistemas de direção. A nova tecnologia teve um profundo impacto nas táticas, organização e prioridades de financiamento dos que possuem e enfrentam tais capacidades. Na disputa entre os dois lados, não há um vencedor claro. Em algumas ocasiões, a tecnologia avançada possibilitou grandes êxitos aos seus detentores. Em outras, os desprovidos de tecnologias avançadas demonstraram capacidade

para se adaptar a ameaças e participar de combates prolongados, os quais as democracias têm dificuldade em suportar⁷.

As operações estadunidenses no Afeganistão, na segunda metade de 2001, obtiveram um rápido êxito contra as Forças em campanha do Talibã, parecendo confirmar o impacto decisivo da transformação do Exército. Em seguida, o surgimento de uma insurgência pós-Saddam no Iraque e a reconstituição do Talibã no Afeganistão e no Paquistão forçaram a realização de grandes ajustes. Analisando o problema em retrospecto, se tivéssemos realizado o devido planejamento, alocado recursos e terminado o que começamos, talvez teríamos impedido ou atenuado ambas as insurgências. Uma insurgência é sempre mais fraca no início.

As Forças militares modernas e seus dirigentes políticos tendem a buscar a vitória pela aniquilação, o que causa grande frustração quando enfrentam combates prolongados. Nesses casos, a guerra não é uma continuação da política por outros meios. Em vez disso, a guerra assume um conteúdo político próprio, que, de fato, redefine o conteúdo da guerra em si. Essa ideia não é nova. Clausewitz, que participou da campanha de 1812 como integrante do estado-maior russo, viu, em primeira mão, como o conteúdo político pode frustrar a capacidade militar, ao inserir o conceito da guerra popular no combate em curso. Napoleão perdeu na Rússia, em 1812, sem uma única derrota decisiva. Multidões de guerrilheiros, o inverno e a perseguição obstinada do Exército russo personificaram o que Leon Tolstoi denominou *narodnaia voina* (guerra popular)⁸.

Clausewitz discutiu esse problema no contexto do universo newtoniano. Os atuais teóricos militares enfrentam um universo de mecânica quântica, que gera *problemas complexos* (*wicked problems*). O bom planejamento não é capaz de superar a falta de entendimento desses problemas. A vitória pela aniquilação dá lugar ao combate prolongado, no qual as vantagens da tecnologia avançada são neutralizadas. A tecnologia, que pareceu libertar o combate do risco do impasse, hoje aparenta ser impotente contra a complexidade da guerra entre os povos. Enquanto isso, as instituições de ensino militares, que antes apresentavam Clausewitz como o principal teórico da guerra moderna, tiveram de reconsiderar as “pequenas guerras” e a

insurgência. A tecnologia não é um substituto para a teoria, e a teoria da guerra está ficando defasada.

Com a transformação, conforme praticada pelo Departamento de Defesa sob o comando do então Secretário Donald Rumsfeld, a tecnologia tornou-se um substituto para a teoria. Rumsfeld e o Departamento de Defesa presumiram que as Forças Armadas estadunidenses utilizariam sua vantagem em informações e organização em rede para derrotar rapidamente qualquer adversário no terreno e para dissuadir a maioria de se engajar em conflitos. Duas guerras prolongadas depois, ficou comprovado que essa premissa era equivocada. O pressuposto não declarado dos deterministas tecnológicos era que um simples modelo poderia ser aplicado a todos os conflitos e que a tecnologia contribuiria para um resultado rápido e decisivo. Depois das Operações *Desert Storm*, *Deliberate Force*, *Allied Force* e *Enduring Freedom*, esse parecia ser o caso. Havia detalhes complicados: a sobrevivência de Saddam, os desdobramentos prolongados na Bósnia-Herzegovina, a negociação do término da guerra da OTAN no Kosovo e a sobrevivência de remanescentes da Al Qaeda e do Talibã. Contudo, eles não foram suficientes para estimular um profundo debate sobre fins, modos e meios [o clássico *ends, ways and means*, do atual pensamento estratégico militar dos EUA — N. do T.]. Em vez disso, quando o planejamento se voltou para o Iraque, a questão ficou restrita ao tamanho da Força necessária para obter uma vitória rápida contra o Exército iraquiano no terreno e a ocupação imediata de Bagdá. Presumia-se que o ambiente pós-conflito seria favorável, permitindo a rápida saída das Forças norte-americanas e aliadas do país.

Contudo, as insurgências são como as famílias infelizes de Tolstói: são todas únicas e, como tais, exigem um estudo complexo para que se possa entender sua dinâmica. Evidentemente, é praticamente impossível para a potência que efetua a intervenção conduzir um estudo como esse antes do emprego de força. Todavia, quanto mais longa for a guerra, mais evidente se tornará a necessidade de tal estudo, para identificar o centro de gravidade político do conflito e as lealdades da população. A chamada construção nacional pressupõe que se pode impor uma cópia de instituições e valores ocidentais a essas populações, o que, infelizmente, ignora o cerne da questão. A estabilidade virá quando a população acreditar que a segurança está ao seu alcance. Nenhum memento de projetos — que as Forças de ocupação acreditam representar os desejos do povo — servirá como um guia confiável para o progresso. O progresso só pode ser determinado a partir dos comentários recebidos da população local, que nunca são fáceis de obter em terras estrangeiras durante uma insurgência armada.

É improvável que os soldados sejam os melhores agentes para coletar informações desse tipo, e não importa se são soldados estrangeiros ou soldados nacionais sem conexão com a população local. As unidades de guarda e as Forças policiais locais podem oferecer tais informações, mas, antes de qualquer coisa, serão leais à segurança imediata da sua comunidade. Conquistar a confiança delas leva tempo e grande esforço. Significa aceitar a luta prolongada, que os insurgentes veem como o caminho para a vitória.

Em vez de se empenhar em entender os desejos das populações locais, os exércitos ficarão tentados a aplicar o modelo de violência para intimidar os insurgentes e a aceitar “danos colaterais” a não combatentes como sendo um custo necessário, no caminho rumo à vitória militar. O fato de esses danos, na verdade, ampliarem a base da insurgência e fazerem com que tanto o governo nacional quanto a Força de ocupação sejam vistos como opressores só se torna evidente, muitas vezes, depois de terem ocorrido. O objetivo é empregar a violência contra os combatentes inimigos de forma direta, assim como faz uma Força policial, para proteger a comunidade contra ações ilegais. Para os soldados no terreno, isso exige regras de engajamento



Kos93

Carros de combate M-84 do Exército iugoslavo se retiram do Kosovo, junho de 1999.

bem diferentes das praticadas em conflitos de alta intensidade. As regras são semelhantes às aplicadas sob a lei marcial. Essas novas situações exigem que se reconsiderem, claramente, as prioridades estratégicas.

A estratégia trata dos fins, modos e meios da guerra e engloba considerações de como um país se prepara para ela e de como a conduz. A estratégia é, em essência, composta de quatro elementos: o econômico, o político, o militar e o de informações⁹. A estratégia determina como o Estado combaterá a guerra, suas fases desejadas e em que condições e de que forma o Estado dará término a ela. A estratégia estabelece fins, modos e meios, de modo que os líderes políticos e militares possam aferir se houve ou não progresso na sua implantação¹⁰. Entretanto, líderes precisam explicar sua conduta para seus cidadãos, para a comunidade internacional e, por último, mas não menos importante, para a população diretamente afetada pelo conflito. Isso implica tanto o conhecimento da população em questão quanto a existência de meios para solicitar sua opinião no decorrer do conflito. Uma análise cuidadosa da maioria dos teatros de operações revela a existência de muitas comunidades que precisam ser monitoradas, dentro de cada população. Este último ponto representa admitir que essa população não é o “outro” ou uma complicação indesejável em um campo de batalha bem organizado, sem restrições sobre o uso do poder de fogo. Nesse sentido, a estratégia redefina a condução das operações e as táticas empregadas. É uma admissão de que o poder de persuasão (*soft power*) pode ser mais efetivo para alcançar a estabilidade do que os meios cinéticos [meios que envolvem o emprego de força — N. do T.]

A análise estratégica ajuda a determinar o possível grau de sucesso das diversas linhas de ação e, depois de iniciado o conflito, permite reavaliá-lo e concluir quanto à probabilidade de êxito de uma estratégia, em particular.

Não obstante, durante oito anos, os Estados Unidos e seus aliados estiveram envolvidos no conflito afegão sem uma estratégia abrangente. Nossa intervenção inicial foi de caráter punitivo, concebida para castigar tanto a Al Qaeda quanto o Talibã, que a protegia. Seguiram-se esforços irresolutos de construção nacional, enquanto Washington transferia sua atenção para o

Iraque. Nesse ínterim, a Al Qaeda sobreviveu e o Talibã se recuperou, tornando-se uma fonte de insurgência armada tanto no Afeganistão quanto no Paquistão. Embora os especialistas em contrainsurgência concordem que a solução ao conflito de guerrilha se encontra principalmente nos campos político e econômico, não houve uma explicação sistemática da estratégia nacional — ou da aliança — até o Presidente Obama declarar que aquele era um conflito necessário e passar a redefini-lo, de modo a englobar tanto o Afeganistão quanto o Paquistão. O discurso de Obama na Academia Militar, em West Point, delineou a primeira tentativa clara para definir a estratégia estadunidense no Afeganistão. Até então, o combate naquele país parecia ser um compromisso por tempo indeterminado, com a aplicação do poder militar em uma guerra prolongada, em que o êxito não só era indefinido e distante, mas predominantemente dependente da aplicação continuada de um poder de combate limitado, mas crescente. A estratégia parecia estar nas mãos dos oficiais-generais, sem uma dimensão política (o que a torna uma estratégia militar, mas dificilmente uma estratégia nacional, abrangente). Depois de uma longa análise, em consulta com seus assessores políticos e militares, o Presidente Obama expôs uma estratégia para o Afeganistão. Os críticos talvez ainda debatam o tamanho dos desdobramentos adicionais, a probabilidade de êxito no terreno e até a importância do conflito na determinação das prioridades nacionais, mas não discutirão se Obama tem ou não uma estratégia definida para um conflito considerado necessário aos interesses dos EUA e da OTAN.

Não se deve confundir expor uma estratégia com prever o curso e o resultado do conflito. Há variáveis demais, que estão além do controle até mesmo dos Estados Unidos. Em última análise, os povos do Afeganistão e do Paquistão determinarão o resultado.

Só o tempo dirá se a atual estratégia incorporou os elementos certos para administrar o conflito rumo a uma conclusão bem-sucedida: um acordo entre afegãos, que aumentará a estabilidade regional e reduzirá a ameaça de ataques terroristas oriundos dos territórios afegão e paquistanês. A probabilidade de êxito de todas as estratégias depende da obtenção da definição correta do problema, a fim de aplicar os elementos do

poder nacional para sua resolução. A estratégia é dialética, no sentido de que o sucesso depende das reações do inimigo na luta pela lealdade da população. Ademais, esse não é um problema em grande escala, passível de um exercício geral na criação de modelos. Depende da dinâmica local, que requer um conhecimento profundo de cada região e de sua respectiva população, a compreensão do terreno humano e o mapeamento da evolução de suas características.

As guerras recentes revelaram uma fraqueza gritante na estratégia nacional: a incapacidade de planejar mais do que uma missão com fins, modos e meios puramente militares. O caráter mutável do combate conduzido pelos adversários dos EUA exacerbou essa fraqueza. O pensamento e o planejamento estratégicos nacionais estão ficando defasados em relação às Forças militares em avanço, sem a devida integração e emprego de meios. O caráter prolongado dos conflitos estadunidenses demonstra que *as lições não vêm sendo aprendidas*.

Como Ocorreu esse Descompasso?

Durante a Segunda Guerra Mundial, a teoria, a estratégia e a práxis militares estavam em equilíbrio. A Guerra Fria e a Guerra da Coreia atuaram tanto dentro quanto fora de uma estratégia abrangente, já que a premissa era que a guerra nuclear destruiria o planeta, e a estratégia era impedir que isso acontecesse. A estratégia enfatizava o componente militar e sua tecnologia, à custa dos componentes político e econômico. Sob a ameaça nuclear, a guerra convencional, de movimento, ocorreria no nível operacional. O equilíbrio de terror nuclear dominava as relações internacionais e restringia o risco e, assim, os adversários mantinham a pressão, um contra o outro, por meio de “agentes” em disputas limitadas (Vietnã do Sul, Angola, Afeganistão e diversas “Guerras de Libertação Nacional”).

Com o colapso da União Soviética, o caráter bipolar das relações mundiais chegou ao fim. O Ocidente tinha a supremacia. Contudo, como a teoria, a estratégia e a práxis se adaptariam à nova realidade? O terror nuclear teria a mesma importância em um mundo sem um impasse nuclear? Qual seria o impacto de uma proliferação nuclear regional, que colocasse artefatos nucleares

nas mãos de Estados propensos a conflitos com base em divisões étnicas e religiosas, caso a última “superpotência” não estivesse disposta ou não fosse capaz de liderar o planeta em dimensões além da militar convencional? Com o tão alardeado enfraquecimento da primazia econômica da superpotência norte-americana — à medida que os EUA se transformaram em um país devedor, com uma base industrial bem menor

O caráter prolongado dos conflitos estadunidenses demonstra que as lições não vêm sendo aprendidas.

e uma tendência a envolver-se com excessos de crédito que chocaram os mercados financeiros mundiais —, que tipo de influência ela poderá exercer?

Desert Storm — como tudo começou. A Operação *Desert Storm* preparou o terreno para o atual dilema. Os adversários potenciais do poder estadunidense viram que tentar equiparar-se às Forças terrestres, aéreas e navais dos Estados Unidos, tecnologicamente avançadas, era um caminho garantido para a derrota militar, se não para a política. As Forças militares norte-americanas haviam treinado para enfrentar a União Soviética e, tendo tido meio ano para prepararem o teatro de operações, foram imbatíveis no Kuwait contra um inimigo que havia combatido os iranianos, até o impasse dos anos 80. A única opção que parecia restar, para se opor aos Estados Unidos e aos seus aliados, era adaptar a estratégia de Liddell-Hart — de “abordagem indireta” — ao século XXI. Em outras palavras, os inimigos tiveram de mitigar a superioridade tecnológica, da qual dependiam os Estados Unidos para obter vitórias rápidas, deslocando o conflito para áreas onde essa tecnologia estaria degradada (florestas, selvas, montanhas, deltas ou centros urbanos) e fazendo com que o emprego do princípio militar da massa desaparecesse, substituindo as formações regulares por guerrilheiros. Essa estratégia é a ideia principal defendida por William Lind em

seus artigos sobre a guerra de quarta geração. E esteve nas entrelinhas de todos os debates sobre “guerra assimétrica” dos anos 90.

Kosovo. No Kosovo, os sérvios forneceram às Forças Armadas da OTAN e dos EUA o primeiro conflito depois da Operação *Desert Storm*. Os sérvios aprenderam com a experiência no Iraque que a camuflagem havia sido eficaz para os iraquianos e, assim, deslocaram seu exército para as montanhas e florestas, esconderam seus sistemas e desligaram os motores. Construíram alvos falsos, imitando carros de combate, pontes e postos de comando. Seu objetivo era preservar o Exército para o emprego pós-conflito. Tiveram êxito. A operação aérea, que havia sido planejada para 3 dias, acabou durando 78. Os sérvios não capitularam; negociaram um acordo com a mediação da União Europeia, com melhores condições que as inicialmente oferecidas pela OTAN. As Forças aéreas da aliança haviam destruído os alvos levantados com precisão, o que incluiu instalações militares verdadeiras e falsas e, quando isso não levou à derrota dos sérvios, fizeram da infraestrutura civil o alvo principal, destruindo usinas elétricas, nós viários e pontes, o que prejudicou o comércio na região do Danúbio durante anos. A Alemanha Ocidental, a Rússia e a Finlândia finalmente intervieram, negociando um acordo que deixou o governo sérvio intacto, adiou a questão da independência do Kosovo e resultou em uma missão de ocupação de longo prazo para a OTAN.

O Exército sérvio saiu, então, da mata. Analistas treinados contaram os batalhões conforme as Unidades foram avançando. Estavam praticamente intactas. O Exército sérvio havia sobrevivido. A adaptação da teoria de poder aéreo de Douhet em círculos concêntricos, por John Warden, permitira reduzir o número de baixas civis, mas não havia sido capaz de impor uma derrota política a um adversário que continuava a dominar o terreno em disputa. A guerra no Kosovo terminou com um acordo negociado, quando ficou evidente que a OTAN teria de arriscar a fragmentação para evitar o emprego de tropas terrestres no local. A retórica do governo Clinton, de que a vitória seria alcançada apenas pelo poder aéreo, começou a desintegrar-se e a ameaçar a solidariedade da aliança. Apesar disso, alguns proclamaram que a operação exclusivamente



DOD, R. D. Ward

O ex-Secretário de Defesa, Donald H. Rumsfeld, e o ex-Prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, durante coletiva de imprensa conjunta no local do desastre no World Trade Center, 14 Nov 01.

aérea era a nova forma de combate: as guerras futuras envolveriam o poder aéreo estadunidense, complementado pelas Forças terrestres de algum outro país. Não haveria necessidade de empregar Forças terrestres norte-americanas em conflitos futuros. Elas chegariam como parte de uma Força de ocupação aliada para atuarem no policiamento, a fim de manter um acordo ditado pelos ataques aéreos.

Essa visão das futuras guerras não incorporava um sistema de término de conflito além do bombardeio contínuo nem presumia custos econômicos e políticos para a ofensiva aérea. Qualquer atraso na conclusão da guerra seria apenas uma questão de ajustar a lista de alvos para obter a devida destruição física e psicológica do ator alvejado, que, no caso da Sérvia, não era o país, mas sua elite política e militar.

Afeganistão. O Afeganistão foi o segundo conflito depois da Operação *Desert Storm*. Os Estados Unidos haviam sido atacados. Uma expedição punitiva castigaria os que haviam conduzido os ataques. O governo Bush, especialmente o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, queria recriar *Desert Storm* com a tecnologia sofisticada proporcionada por uma década de aquisições. Entretanto, o Afeganistão não era o Kuwait nem o Iraque, e nenhuma das condições da Operação *Desert Storm* era aplicável. Não era um teatro de operações preparado. Os Estados Unidos não dispunham de um semestre para se aprestar, posicionando enormes quantidades de meios e efetivos. O país não queria empregar suas

próprias Forças terrestres. Queria outro Kosovo, com poder aéreo estadunidense e o exército de algum outro país para derrotar o Talibã e a Al Qaeda. Embora o Afeganistão fosse considerado um Estado, o Talibã era um governo apenas no nome — o governo de um Estado em via de fracassar ou fracassado.

Seguindo o que aconselhava o Paquistão, os Estados Unidos optaram por substituir o governo pashtun talibã por um governo pashtun oriundo das tribos Durrani — os tradicionais soberanos do Afeganistão. Os Estados Unidos precisavam de uma Força pashtun para derrotar uma Força pashtun. Além disso, ela precisaria apoiar um governo Durrani. Entretanto, os Durrani constituíam a base de poder do Talibã. O maior grupo tribal pashtun, os Ghilzai, tinha suas próprias ambições e objetivos.

Os Estados Unidos solicitaram a ajuda de um velho amigo, Abdul Haq, para mobilizar uma Força pashtun para combater uma Força também pashtun. A essa altura, já haviam lançado uma operação aérea contra o Afeganistão. Foi uma operação concebida para um teatro de operações preparado, visando o sistema integrado de defesa antiaérea, o sistema de comando e controle, as instalações de manutenção de carros de combate e as colunas logísticas do Talibã. Nenhuma dessas “listas de alvos” fazia grande sentido contra o Talibã e, claramente, não havia um teatro de operações preparado. Muito rapidamente, a operação aérea ficou sem alvos.

Abdul Haq, na tentativa de recrutar sua Força pashtun, implorou que se suspendesse a operação aérea, em função das baixas civis e do fato de que os alvos atingidos eram de pouca valia para derrotar o Talibã e a Al Qaeda, mas seus pedidos foram ignorados. O único verdadeiro alvo no país eram as Forças terrestres do Talibã e da Al Qaeda, empregadas contra os tadjiques, uzbeques e hazaras (e alguns pashtuns), pertencentes à chamada Aliança do Norte. O Talibã e a Al Qaeda eram uma força convencional, desdobrada de modo linear. Com bons observadores terrestres, constituiriam um alvo ideal para os ataques aéreos. Estavam desdobrados em um único escalão e não dispunham de reservas significativas ou de uma capacidade de mobilização nacional, o que tornava a Força empregada um alvo bastante frágil. No início, esse alvo foi ignorado. Por

motivos políticos, os Estados Unidos não queriam que a Aliança do Norte prevalecesse e acabasse tomando o país.

Então, em 25 Out 01, o Talibã matou Abdul Haq. Não haveria nenhuma Força pashtun para derrotar outra Força pashtun. Sem o emprego de Forças terrestres estadunidenses, a Aliança do Norte era a única Força disponível. As equipes de operações especiais dos EUA haviam se unido às Forças da Aliança do Norte. Elas poderiam fornecer observação terrestre e ajustar os ataques aéreos com eficiência. Quando conjugados, as Forças da Aliança do Norte, o poder aéreo estadunidense e as operações especiais rapidamente subjugaram as Forças do Talibã e da Al Qaeda empregadas em posições estáticas. O Talibã e a Al Qaeda retiraram suas retaguardas, abandonaram as cidades e foram para as montanhas. Considerando o choque inicial, a retirada do inimigo foi coesa, e ele conseguiu preservar sua liderança, sua estrutura logística e grande parte de sua Força. A ofensiva estadunidense não havia preparado um plano ou não teve a capacidade de concluir a vitória sobre o inimigo e assumir o país. Os Estados Unidos presumiram que haviam vencido por terem assumido o controle das cidades. Os soviéticos e os britânicos já haviam cometido o mesmo erro.

Logo se tornou evidente que a Al Qaeda e o Talibã representavam movimentos capazes de mobilizar o apoio político e arregimentar Forças irregulares para organizar uma insurgência. Enquanto isso, os Estados Unidos entravam com Forças terrestres convencionais, que foram capazes de subjugar o que restou das Forças convencionais inimigas. Contudo, continuava a não existir uma estratégia de longo prazo para lidar com o problema pashtun e estabelecer uma ordem pós-conflito no Afeganistão.

Nesse período, teria sido bom se os líderes políticos e militares dos EUA tivessem um entendimento profundo do Afeganistão e seu padrão histórico de combate. Começa com a derrota de Forças convencionais afegãs e, em seguida, transforma-se em uma guerra de guerrilha de mínima efetividade e baixa intensidade. As Forças de ocupação mal percebem que há um conflito de guerrilha em andamento, estando mais preocupadas com a criminalidade. Com o tempo, os incautos e estúpidos desaparecem das Forças de guerrilha, que se tornam mais competentes

e capazes de desafiar o governo e as Forças de ocupação. Os guerrilheiros não se transformam em um exército regular nem arriscam a derrota em batalhas convencionais. No final, o novo governo e as Forças de ocupação acabam diante de uma ameaça insurgente plenamente desenvolvida. A Força de guerrilha tenta conquistar a adesão das zonas rurais e estrangular as cidades¹¹.

Iraque. A invasão do Iraque foi o terceiro conflito depois da Operação *Desert Storm*. Não havia um exército de outro país disponível, que pudesse derrubar Saddam Hussein. A região era um teatro de operações preparado, com bases logísticas da coalizão bem estabelecidas, linhas de comunicação em bom estado e Forças posicionadas na zona de combate. A coalizão dispunha de bastante tempo para se preparar e posicionar (embora a intransigência da Turquia tenha impedido que as Forças utilizassem um eixo pelo norte, no início). Quando ocorreu a invasão, algumas medidas de camuflagem iraquianas foram bem-sucedidas, mas era difícil ocultar tudo em um deserto aberto. Uma coisa é disfarçar mísseis SCUD; outra, completamente diferente, é ocultar Divisões inteiras. As Forças Armadas do Iraque resistiram efetivamente em algumas áreas, mas, em outras, acreditaram ser inútil lutar e, por isso, voltaram

A tarefa imediata que a práxis coloca antes da teoria é a necessidade de lidar com o conflito em terrenos difíceis — tanto os topográficos quanto humanos.

para casa. Logo depois da invasão, dois analistas do Escritório de Estudos Militares Estrangeiros (*Foreign Military Studies Office*) foram ao Iraque para entrevistar militares locais. A explicação dada: “Os oficiais foram embora e, então, eu fui para casa”. Contudo, a resistência *fedayeen* estava pronta para enfrentar os Estados Unidos com uma guerra de guerrilha. Seus integrantes haviam treinado para isso e estavam equipados.

O poder aéreo se mostrou eficaz contra as Forças convencionais iraquianas e obedecia a restrições quanto ao ataque a alvos civis. Isso resultou na ausência de danos generalizados em Bagdá e em outras cidades. Os meios aéreos foram bastante precisos na seleção de alvos, deixando intacta a maior parte da infraestrutura. Essa precisão e a preocupação com a população civil podem ter, na verdade, prejudicado a coalizão. Ao conversar com civis iraquianos, muitos deles perguntaram: “Fomos realmente derrotados? Nada foi destruído. Nosso Exército simplesmente desistiu.”

Bagdá tornou-se a antítese de Dresden. O bombardeio restrito certamente não dobrou a vontade da população civil. A maior parte estava contente em se livrar de Saddam, mas muitos estavam determinados a “sangrar” as Forças de ocupação por meio da guerra de guerrilha.

O Caminho à Frente

As Forças militares estadunidenses estavam prontas para o combate na Segunda Guerra Mundial. Não estavam tão preparadas para lutar em florestas, selvas, montanhas, deltas ou centros urbanos — ou para combater guerrilheiros. A etapa pós-conflito (fase IV) era extremamente difícil de implantar. Mahan, Clausewitz, Douhet e Mao incorporaram o elemento político e econômico como parte da teoria de guerra. Atualmente, os planejadores militares buscam “uma vitória imaculada, o emprego distante de mísseis de cruzeiro, veículos aéreos não tripulados *Predator* e operações especiais”¹².

Mas o que fazer depois de retirar o Talibã de sua posição e expulsá-lo das cidades? Como lidar com combatentes não estatais? Onde fica a população civil nos cálculos militares?

A lição pós-Guerra Fria para os Estados Unidos parece ser que os campos político e econômico são vitais para a resolução pós-conflito e devem ser parte integrante da estratégia e do planejamento e teoria militares. O planejamento de guerra não deve adotar a aniquilação à custa de cálculos e ajustes políticos durante a campanha, mas a aversão a riscos também não deve sobrepor-se a um planejamento de guerra coerente e realista. É possível encantar-se com a vitória em Sedan de Moltke, o Velho, e não entender que Bismarck criou a estratégia política que manteve a França

dividida e isolou Paris. Uma liderança nacional integrada deve discutir as dimensões política, econômica e militar do conflito em uma linguagem comum, em uma sociedade democrática e aberta.

A despeito das alegações dos deterministas tecnológicos, a guerra não é previsível¹³. Envolver-se em um conflito implica risco. O melhor que a liderança nacional pode fazer é avaliar tal risco e desenvolver estratégias para minimizá-lo. Se envolver-se em um conflito gera riscos que não serão aceitos pela sociedade, o país não deve ir à guerra. A guerra se transformou em bem mais do que a continuação da política por outros meios. É, em sua essência, um processo político de grande complexidade, em um ambiente caracterizado pelo caos, mal compreendido pela maioria dos atores envolvidos. Entender a guerra é um “trabalho de Sísifo”, uma tarefa necessária, difícil e frustrante, que resiste aos esforços de impor sentido, unidade e clareza aos eventos. As interações entre os dois lados da disputa e os outros atores e a evolução do próprio conflito contrariam tais esforços. A guerra é um camaleão, que muda de aparência — e até de conteúdo — diante dos nossos olhos. Isso não elimina a necessidade da teoria. Sem a teoria, não pode haver uma boa linha de ação ou uma estratégia política.

A tarefa imediata que a práxis coloca antes da teoria é a necessidade de lidar com o conflito em terrenos difíceis — tanto topográficos quanto humanos. Os grandes teóricos de guerrilha, Mao Tsé-tung, T.E. Lawrence e Vo Nguyen Giap, reconheceram esse problema. Entretanto, suas teorias não se aplicam ao Afeganistão porque, mais uma vez, as insurgências são como as famílias infelizes de Tolstoi: todas específicas ao seu ambiente. Não é a primeira vez que uma Força moderna enfrenta uma Força irregular tribal. As Guerras Indígenas e as guerras das potências europeias com os Estados Unidos vêm à mente. As experiências dos russos e soviéticos na Ásia Central e no Cáucaso também são relevantes. Contudo, em todos esses casos, a Força regular buscava incorporar territórios por meio de expedições punitivas ou conquista direta. O Afeganistão pode ter começado como uma expedição punitiva, mas, devido ao fato de a tarefa não ter sido concluída devidamente, de haver compromissos políticos subsequentes



Abbie Rowe, National Park Service/Biblioteca John F. Kennedy

O Presidente John F. Kennedy em reunião com o Ministro de Relações Exteriores soviético, Andrei Gromyko, no Salão Oval, 18 Out 62. Os participantes são, da esquerda para a direita: Vladimir Semenov, Vice-Ministro de Relações Exteriores, União Soviética; Anatoly Dobrynin, Embaixador da União Soviética; Ministro Gromyko; e Presidente Kennedy.

e de existir uma insurgência revitalizada, ela foi transformada em um problema difícil, envolvendo uma estratégia de desgaste e negociação política.

A estratégia pertence à esfera de ação dos governos, e não à dos militares. Contudo, as autoridades políticas a abandonaram, tornando-a uma questão puramente militar. As Forças militares estão fortemente envolvidas com o planejamento, mas a estratégia é mais que isso. Reduzi-la a uma tarefa do principal comandante militar no país, e não do governo como um todo, torna-a militar e geograficamente específica. Contudo, toda estratégia para um conflito em particular possui implicações mais amplas e profundas no âmbito nacional e no exterior. Em última análise, cabe ao chefe do Estado explicar uma estratégia, mobilizar o governo como um todo e conquistar e manter o apoio público, apesar do custo em vidas e dinheiro. Por trás desse problema está a necessidade de um discurso comum sobre questões de segurança nacional, para que as verdadeiras alternativas façam parte de um debate público bem informado.

Nos Estados Unidos, o principal cargo de influência ainda pertence ao Presidente. Essas considerações devem orientar a elaboração da estratégia estadunidense em relação ao Afeganistão e ao Paquistão. Leitores com diferentes ideologias políticas podem entender o discurso proferido por Obama em dezembro

de 2009 de modos diversos, dependendo de suas próprias premissas. Não obstante, não pode haver dúvida de que Obama, de fato, explicou uma estratégia tripla, do governo como um todo, para os Estados Unidos e seus aliados da OTAN aplicarem ao conflito no Afeganistão e no Paquistão. Nas palavras do General David Petraeus: “O que ela está nos permitindo fazer pela primeira vez aqui é levar a cabo uma campanha de contrainsurgência civil-militar abrangente.” Os Generais Stanley McChrystal e David Petraeus ajudaram a definir e a implantar a estratégia para negar abrigo ao inimigo e criar locais seguros para a população, onde a governança possa firmar-se e uma economia legítima possa surgir¹⁴.

A práxis e a tecnologia podem influenciar a teoria e a estratégia, mas não podem guiá-las. A situação militar que o mundo enfrenta hoje é diferente. Requer novas abordagens, organizações, prioridades e teoria. Os conflitos no Afeganistão e no Paquistão não se prestam

à guerra de mobilidade, à guerra centrada no poder aéreo ou às operações baseadas em efeitos, embora todas elas sejam relevantes à tarefa de desenvolver uma teoria sobre o conflito pós-moderno¹⁵. A *informatização* da guerra continuará a aumentar. Trará, como consequência, sistemas de armas baseados em novos princípios físicos. Contudo, as mudanças na tecnologia militar não impedirão que um adversário adaptável tente impor sua própria estratégia a um conflito que, a seu ver, envolva interesses vitais para ele. Esse fato, por si só, torna necessária uma teoria relevante, assim como uma estratégia abrangente, que vá além da dimensão militar.

O inimigo sempre exercerá influência. A práxis tenta minimizá-la. A teoria e a estratégia devem tratar de fins, modos e meios para neutralizar esse inimigo e adaptar-se às suas mudanças. A práxis deve direcionar as decisões estratégicas futuras, e a tecnologia deve aprimorar a condução do conflito político e militar. **MR**

REFERÊNCIAS

1. OBAMA, Barack. “Remarks by the President in Address to the Nation on the Way Forward in Afghanistan and Pakistan”, West Point, New York, 1 dez. 2009, disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-address-nation-way-forward-afghanistan-and-pakistan>, acesso em: 6 dez. 2009.

2. VAN CREVELD, Martin. *The Art of War: War and Military Thought* (New York: Smithsonian Books, 2005).

3. WASS DE CZEGE, Huba. “The Logic of Operational Art: How to Design Sound Campaign Strategies, Learn Effectively and Adapt Rapidly & Appropriately”, trabalho não publicado, jan. 2009, p. 2.

4. A discussão do Exército sobre o *design* tem sido ligada ao jogo de guerra anual conduzido pelo Comando das Forças Conjuntas na Escola de Guerra do Exército, para o Chefe do Estado-Maior do Exército, sob o título de “Unified Quest”. Essas discussões levaram à publicação do Panfleto 525-5-500 do Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC, na sigla em inglês), intitulado *Commander’s Appreciation and Campaign Design* (“Compreensão do Comandante e *Design* de Campanha”), em janeiro de 2008, que trata de uma abordagem em relação ao enquadramento do problema e ao *design* antes que os comandantes iniciem o planejamento operacional no Processo Decisório Militar (*Military Decision Making Process — MDMP*). Nesse contexto, *design* implica um diálogo político-militar entre os líderes políticos e os comandantes militares antes e durante o planejamento e durante e depois da execução.

5. NAVEH, Shimon; SCHNEIDER, Jim; CHALLANS, Timothy. *The Structure of Operational Revolution* (Washington, DC: Booz Allen Hamilton, 2009).

6. Na obra que deu destaque ao termo “arte operacional” [*operativnoe iskusstvo*], Aleksandr Svechin falou do risco de se adotar uma estratégia de aniquilação, o que, na prática, significava transformar todos os problemas em questões de arte operacional, passíveis de serem solucionados pelo poder de combate, e reduzia a política a um papel secundário. SVECHIN, Aleksandr A. *Strategy* (Minneapolis: Eastview Press, 1992), p. 240.

7. GRAU, Lester; KIPP, Jacob. “The Fog and Friction of Technology”, *Military Review* (Setembro-October 2001): p. 88-97. [“A incerteza e o desgaste da tecnologia”, edição brasileira da *Military Review* (1st Quarter 2003) — N. do T.]

8. No início de 1813, quando ainda servia como oficial russo, Clausewitz participou de um esforço para incitar uma guerra popular contra a França na Prússia, sua terra natal, embora seu rei ainda fosse aliado de Napoleão.

9. O conteúdo duplo do poder de informações nessa formulação, muitas vezes, não é comentado. Em termos sistêmicos, significa as informações geradas sobre fins, modos e meios favoráveis e hostis e o envolvimento em comunicações

estratégicas, para criar uma narrativa que explique as decisões nacionais e neutralize as operações de informações inimigas. Evidentemente, isso envolve muitos elementos do setor de Inteligência nacional. Contudo, exige uma narrativa nacional convincente, para explicar uma linha de ação, os custos e o resultado. Narrativas implausíveis rapidamente se desintegram diante dos fatos no terreno ou, como costumava dizer Stalin, “os fatos são teimosos”. Uma política nacional baseada em encontrar e destruir armas de destruição em massa, quando não foi possível encontrar nenhuma, vem à mente como um exemplo revelador. Também se pode considerar o conflito no Afeganistão, que é descrito como uma luta contra o Talibã, quando a resistência armada é bem mais diversificada e o conflito, muito mais complexo.

10. Essa não é a opinião oficial dos EUA. A definição estadunidense de estratégia é: “Uma ideia ou conjunto de ideias prudentes para empregar os instrumentos do poder nacional de modo sincronizado e integrado para alcançar objetivos no teatro de operações, nacionais e/ou multinacionais”. Joint Publication 1-02. Essa definição talvez seja parte do problema. A estratégia é muito mais que uma ideia prudente.

11. Uma Força de ocupação pode modificar esse cálculo removendo o rótulo de “ocupação” da equação, por meio da retirada, em condições que fortaleçam a capacidade do governo de praticar a estratégia tradicional afegã de dividir a oposição e conquistar sua base nas cidades. Tal fim não é claro, não envolve a vitória militar e depende, muitas vezes, do estabelecimento de alianças de conveniência com potentados locais, chefes tribais e comunidades étnicas. GRAU, Lester W. “Breaking Contact Without Creating Chaos: The Soviet Withdrawal from Afghanistan”, *The Journal of Slavic Military Studies*, vol. 20, April-June 2007, p. 234-61. GAREEV, Makhmut Akhmetovich. *Moya poslednyaya voyna: Afghanistan bez Sovetskikh voysk* [“Minha última guerra: o Afeganistão sem Forças soviéticas”], Moscow: INSAN, 1996.

12. KRAUTHAMMER, Charles. “Afghan War Forces Obama to Make a Real Decision”, *Kansas City Star*, 13 out. 2009, p. A13.

13. BOUSQUET, Antoine. *The Scientific Way for Warfare: Order and Chaos on the Battlefields of Modernity* (New York: Columbia University Press, 2009), p. 242-43.

14. DEPARTMENT OF DEFENSE, “Petraeus Explains Afghanistan Strategy”, *Defense and Security News*, disponível em: <http://www.defencetalk.com/petraeus-explains-afghanistan-strategy-28574/>, acesso em: 17 set. 2010.

15. Mesmo assim, um folheto deixado na porta de afegãos, jurando morte aos habitantes se eles cooperarem com as Forças da coalizão, é uma operação baseada em efeitos.